O “en-canto da sereia” na formação do tradutor e intérprete de Língua Brasileira de Sinais: uma questão de identidade entre mitos¹

RUTE LEIA AUGUSTA DA SILVA²

HIRAN PINEL³

Resumo: O presente artigo tece algumas reflexões sobre a formação do profissional Tradutor e Interpretador de Língua de Sinais (TILS). Objetiva-se compreender as práticas discursivas no processo de formação do TILS, especificando como se chega a ser um tradutor e intérprete. A temática em estudo conduz à seguinte problemática: qual é a construção do “mito de facilidade” da prática tradutória que se dá de forma menos onerosa em relação à prática docente, por meio de formações básicas, rápidas e que culmina em uma prática, muitas vezes, descomprometida com a formação do sujeito surdo? Traz-se uma alusão aos “en-cantos da sereia” dos que se deixam seduzir por tais facilidades e sucumbem ao se aproximarem do universo tão complexo da Língua Brasileira de Sinais. A pesquisa envolve análise bibliográfica e processos de conversações com os profissionais TILS do município de Guarapari-ES, com a qual, por meio das diversas confissões, obteve-se a certeza de que é necessário o cuidado consigo para as práticas-formativas desse profissional. Foram tecidas reflexões sobre o aporte histórico, amparos legais, processos formativos que resultam na conclusão de que é necessária a inserção de reflexões sobre o surdo e sua constituição, além do cuidado que o profissional deve ter em relação à sua prática-formativa cotidiana. O cuidado consigo e com o outro é um processo contínuo, reflexivo e cotidiano vital de se deixar permitir a vida acontecer, com sentidos e significados para aqueles que têm na língua de sinais o contato com o mundo.

Palavras-chave: Formação. Intérprete de língua de sinais. Mitos.

The merman charm in the formation of the translator and interpreter of the Brazilian Language of Signs: a question of identity among myths

Abstract: The present article weaves a tangle of reflections on the training of the professional Translator and Interpreter of Sign Language-TILS. The aim is to understand the discursive practices in the TILS formation process, specifying how one becomes a translator and interpreter, given the problem, namely the construction of the “ease myth” of the translation practice that occurs less costly in relation to the teaching practice, by means of basic formations, fast and that culminates in a practice, often un-

compromising with the formation of the deaf subject. We bring out an allusion to the mermaid's songs that are seduced by such facilities and succumb to the very complex universe of the Brazilian Sign Language. The research involves bibliographical analysis and processes of conversations with the TILS professionals of the municipality of Guarapari-ES, with which, through the various confessions, we obtained the certainty that it is necessary to take care of oneself for the practices-training of this professional. We make reflections on the historical abort, legal protections, formative processes that resulted in the conclusion that it is necessary to insert reflections on the deaf and its constitution, as well as the care of the self that the professional should have in relation to their formative practice everyday life. Caring for oneself and the other is a continuous process, reflective, everyday, it is a process of life, of letting yourself allow life to happen, with meanings and meanings for those who have in the sign language the contact with the world.

Keywords: Formation. Sign language interpreter. Myths.

El “en-canto de la sirena” en la formación del traductor e intérprete de la Lengua Brasileña de Señales: una cuestión de identidad entre mitos

Resumen: El presente artículo presenta algunas reflexiones sobre la formación del profesional Traductor e Intérprete de la Lengua de Señales - TILS. Se busca comprender las prácticas discursivas en el proceso de formación del TILS, determinando cómo se llega a ser un traductor e intérprete. La temática estudiada nos conduce al siguiente problema: ¿Cuál es la construcción del “mito de facilidad” en la práctica traductora que se produce de forma menos onerosa con relación a la práctica docente, por medio de formaciones básicas, rápidas y que culmina en una práctica, muchas veces, desvinculada con la formación del sujeto sordo? Traemos una alusión a los en-cantos de sirena que se dejan seducir por tales facilidades y sucumben al aproximarse al universo tan complejo de la Lengua Brasileña de Señales. La investigación abarca análisis bibliográfico y procesos de diálogo con los profesionales TILS de la municipalidad de Guarapari-ES, con la cual, por medio de las diversas declaraciones, concluimos que es necesario el cuidado de sí mismo para las prácticas-formativas de este profesional. Tejemos reflexiones sobre la contribución histórica, amparos legales, procesos formativos que resultó en la conclusión de que es necesario la inclusión de reflexiones sobre el surdo y su constitución, así como del cuidado de sí mismo que el profesional debe tener con relación a su práctica-formativa cotidiana. El cuidado de sí mismo y del otro es un proceso continuo, reflexivo y cotidiano vital para disfrutar la vida, con sentidos y significados para aquellos que tienen en la lengua de señales el contacto con el mundo.

Palabras clave: Formación. Intérprete de lengua de señales. Mitos.

Introdução

A Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) foi oficialmente reconhecida como língua em 24 de dezembro de 2002, por meio da Lei nº 10.436, cujo art. 1º diz que: “é reconhecido como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira

de Sinais - Libras e outros recursos de expressão a ela associado” (BRASIL, 2002). Esse reconhecimento é um marco na história do povo surdo brasileiro, ao garantir o direito de se expressar e se fazer reconhecido enquanto sujeito por intermédio da sua língua materna. Para além dessa afirmativa, a língua de sinais é “[...] o passaporte de entrada para o universo social, que é inesgotável, onde o surdo pode ocupar novas posições sociais, ampliar as possibilidades ligadas à multiplicidade de práticas e interações sociais” (SANTANA; BÉRGAMO, 2005, p. 570).

O reconhecimento da LIBRAS marca a inserção do surdo em várias esferas sociais – na escola, no mercado de trabalho, no teatro, no cinema – e advoga a necessidade de se garantir a inclusão do surdo à sociedade. Nesse sentido, surge “o outro” do surdo, qual seja, o Tradutor e Intérprete de Língua Brasileira de Sinais (TILS). Diante do exposto, faz-se imperativo pensar nos processos de formação do TILS, sempre tendo em mente o viés de que se deseja chegar à certeza de que se é uma sociedade includente. Para tanto, é necessário compreender historicamente os caminhos a serem percorridos, “[...] é preciso entender que a inclusão e a exclusão se alimentam e convivem em situações de trocas recíprocas. Pois uma depende da outra para existir e cambiar posições” (LOPES; FABRIS, 2016, p. 105).

É nesse jogo de relações que a existência do TILS e do surdo se encontram imbricadas. Desse modo, pensar na formação do TILS é de extrema importância, dada a certeza de que o TILS é também um ser no mundo que pensa, tem sentimentos e desejos. É nessa existência corporificada por meio de um corpo que produz afetos que o TILS se firma e consolida a própria existência de diversas maneiras, tais como: a produção do discurso a respeito de si e a respeito do outro. A produção do discurso é o modo pelo qual o homem pode se relacionar com o outro, pois o discurso funciona como um ponto de contato entre um ser e seu semelhante, em uma tentativa de juntos caminharem, apesar das diferenças que possam existir entre ambos, o que Pinel (2004, p. 17 *apud* PAIVA, 2006 p. 25) afirma:

[...] deixar-me penetrar na experiência vivida, sentida, penetrada por sentidos, produtoras de aprendizagens significativa-positivas ou negativas - que toca a pele e a alma desse ser sendo errático, ser da deriva [...] Um organismo totalmente imerso no “campo da experiência”.

Assim, firmados na certeza de que o homem é um ser em construção, propõe-se a pensar na formação do TILS, ciente de que as reflexões estão para além dos procedimentos técnicos a que se refere na inclusão do surdo.

O presente artigo é um estudo a respeito da formação dos TILS que estão inseridos nas instituições de ensino do município de Guarapari e objetiva compreender as práticas discursivas no processo de formação do TILS, especifican-

do como se chega a ser um tradutor e intérprete, visto a problemática, qual seja: a construção do “mito de facilidade” da prática tradutória que se dá de forma menos onerosa em relação à prática docente, por meio de formações básicas, rápidas e que culminam em uma prática, muitas vezes, descomprometida com a formação do sujeito surdo. Assim, este estudo encaminha-se para pensar na formação do TILS no município de Guarapari. A questão de pesquisa se coloca da seguinte maneira: qual é a subjetividade do TILS no cuidado consigo na tessitura de sua formação profissional?

Para tanto, será feita uma retrospectiva histórica acerca da formação dos TILS, com ênfase nas formações no Estado do Espírito Santo e no município de Guarapari, apontando os parâmetros legais que amparam essa profissão, a constituição da identidade desse profissional e os en-cantos⁴ que seduzem os sujeitos a buscar essa profissionalização a partir do “mito” da “aparente” facilidade do ato de tradução e de interpretação da língua.

Retrospectiva histórica: um olhar na história e nos amparos legais da formação do TILS

Os processos de formação do TILS são tecidos, inicialmente, como um processo de voluntariado nos espaços religiosos. Na década de 1970, os surdos não podiam falar sua língua materna, passando pelo processo de oralização. Na década de 1980, criou-se a Federação Nacional de Educação e Integração de Surdos (FENEIS), iniciando os trabalhos de difusão da LIBRAS, importante atuação em um momento de legitimação da língua.

Em 1990, com o desenhar de documentos afirmativos sobre a profissão do TILS, a FENEIS abriu escritórios em diversos Estados do país com o objetivo de difundir os estudos e legitimar a LIBRAS, bem como efetivar experiências concretas da comunidade surda, como o reconhecimento da língua e diversos eventos no campo da tradução e da interpretação.

Após longo período, em 2005, o TILS foi amparado legalmente pelo Decreto nº 5.626/2005. Esse documento apresenta-se em um processo histórico de tessitura sobre a inclusão do surdo na educação, pois estabelece os objetivos a que se propõe a educação, no compromisso de se fazer como um espaço formativo a todos os indivíduos e trazer visibilidade à condição de existência do surdo no que diz respeito à sua singularidade (BRASIL, 2005). Contudo, é necessária a reflexão de como os processos inclusivos relacionados ao surdo têm sido realizados, pois a acessibilidade é uma condição necessária, mas não o suficiente para que a inclusão se efetive. Nesse “sentido, vale o alerta para que olhemos para cada prática educacional” (LOPES; FABRIS, 2016, p. 107).

Em acordo com Lopes e Fabris (2016), é possível afirmar que a disposição do profissional TILS no espaço educacional não é uma garantia de inclusão,

pois é a “qualidade” dos serviços prestados que resultarão em uma verdadeira inclusão. E é pensando nas práticas de tradução do contexto escolar do município de Guarapari que se problematiza a inclusão de surdos. Busca-se resgatar um pouco do processo histórico da constituição do perfil desse profissional no Brasil, por acreditar encontrar na história o fio condutor das reflexões acerca da atuação do TILS.

A figura do TILS começou a ser delineada a partir do Decreto nº 5.626/2005. De acordo com seu capítulo III, art. 12:

[...] as instituições de educação superior, principalmente as que ofertam cursos de Educação Especial, Pedagogia e Letras, devem viabilizar cursos de pós-graduação para a formação de professores para o ensino de Libras e sua interpretação [...] (BRASIL, 2005).

Nos capítulos IV e V do Decreto nº 5.626/2005, pode-se perceber que a figura do surdo e do TILS emerge de um processo de entrelaçamento das existências de ambos e se constitui significativamente em razão da justaposição de dois indivíduos, conforme apontam alguns trechos:

Art. 14. As instituições federais de ensino devem garantir, obrigatoriamente, às pessoas surdas acesso à comunicação, à informação e à educação nos processos seletivos, nas atividades e nos conteúdos curriculares desenvolvidos em todos os níveis, etapas e modalidades de educação, desde a educação infantil até à superior.

[...]

I - promover cursos de formação de professores para:

- a) o ensino e uso da Libras;
- b) a tradução e interpretação de Libras - Língua Portuguesa; e
- c) o ensino da Língua Portuguesa, como segunda língua para pessoas surdas;

II - ofertar, obrigatoriamente, desde a educação infantil, o ensino da Libras e também da Língua Portuguesa, como segunda língua para alunos surdos;

III - prover as escolas com:

- a) professor de Libras ou instrutor de Libras;
- b) tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa;

[...]

Art. 17. A formação do tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa deve efetivar-se por meio de curso superior de Tradução e Interpretação, com habilitação em Libras - Língua Portuguesa.

Art. 18. Nos próximos dez anos, a partir da publicação deste Decreto, a formação de tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa, em nível médio, deve ser realizada por meio de:

- I - cursos de educação profissional;
- II - cursos de extensão universitária; e

III - cursos de formação continuada promovidos por instituições de ensino superior e instituições credenciadas por secretarias de educação.

Parágrafo único. A formação de tradutor e intérprete de Libras pode ser realizada por organizações da sociedade civil representativas da comunidade surda, desde que o certificado seja convalidado por uma das instituições referidas no inciso III (BRASIL, 2005).

Segundo Lacerda (2010, p. 136-137), a formação desse profissional “[...] tem sido historicamente constituída na informalidade, nas relações sociais, pela demanda dos próprios surdos que inúmeras vezes precisam de intérpretes para mediar sua comunicação com ouvintes”. Diante dessa afirmativa, faz-se imperativo o ato do reconhecimento ao fato de que o Decreto nº 5.626/2005 deve funcionar como base principal no que tange à formação do TILS, pois possui em seu corpo um tripé de sustentação à inclusão do surdo: língua como direito, direito à educação e processos formativos.

Em 2010, um grande avanço foi efetivado no que se refere ao profissional TILS com a Lei nº 12.319, que regulamenta o exercício da profissão de TILS. Segundo o art. 6º dessa lei, ao TILS compete efetuar comunicação, interpretar, atuar em processos seletivos, apoiar a acessibilidade a repartições públicas e instituições de ensino, e prestar seus serviços em depoimentos em juízo, em órgãos administrativos ou policiais (BRASIL, 2010). Portanto, ser TILS consiste em “[...] transmitir os conteúdos e informações da língua fonte para a língua alvo. E significa ser o intermediário entre nações e até mesmo de um país” (LIMA, 2011, p. 4).

Ressalta-se que são recentes os processos formativos desse profissional, mérito dos movimentos sociais que lutam pelos direitos da comunidade surda, visto a necessidade da acessibilidade social com a grande inserção e visibilidade desse sujeito nos diversos espaços e tempos.

Pensando na formação do TILS no Estado do Espírito Santo

Os discursos confessados, a partir das conversações, denunciam que a inserção da profissão de TILS está relacionada ao fato de ter se deparado com um aluno surdo em sala de aula ou por um convite à formação, dita como rápida e de fácil acesso, do profissional no mercado de trabalho devido à carência profissional.

Observa-se que nem sempre a escolha da profissão, no contexto vivenciado, dá-se por motivos pensados na existência do outro, o surdo. Assim, percebe-se que, no processo de inclusão do surdo na educação, é necessária a implantação de um programa de avaliação e acompanhamento da atuação do TILS.

Segundo Quadros e Karnopp (2004), o ato de tradução e interpretação de LIBRAS ultrapassa o conhecimento dos signos linguísticos e envolve as seguintes competências: competência linguística, competência para transferência,

competência metodológica, competência na área, competência bicultural e competência técnica. Não basta saber LIBRAS para ser intérprete, pois a tradução e a interpretação de LIBRAS envolvem duas línguas em questão, uma de modalidade de gesto-visual e outra oral-auditiva. Tais línguas só são significadas no ponto de chegada/língua-alvo, quando as competências linguísticas se tornam o caminho pelo qual a tradução se dá.

Segundo estudos de Vieira-Machado (2016), a primeira ação de formação do TILS no Estado do Espírito Santo ocorreu em parceria da Secretaria de Educação do Estado do Espírito Santo com o Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), entre 1958 e 1959, em que, por ano, apenas um professor era enviado ao INES para a formação de professor de surdos.

Com a demanda crescente, no ano de 1969, foi registrado o primeiro curso para professor de surdo no Estado do Espírito Santo. A formação se caracterizava pelo ensino de técnicas e métodos voltados para o ensino da fala. Entre os primeiros métodos, destaca-se o “método perdoncini”, criado pela professora Alpia Couto, um método totalmente oralista que perdurou até o ano de 2000.

Em 2000, foi registrada a primeira formação voltada para o ensino da LIBRAS, ainda que com muitas resistências. O método oralista, que objetivava o desenvolvimento da fala, foi estabelecido no Congresso de Milão (1880) como modelo de ensino para surdo. Esse método vigorou como único método de educação para o surdo em vários países. No Brasil, esse método foi amplamente utilizado, razão pela qual as primeiras formações de profissionais que atuavam na educação de surdos no Estado do Espírito Santo se deram dentro dessa perspectiva.

O reconhecimento da LIBRAS ocorreu a partir das lutas travadas com a comunidade surda e do advento do amparo legal e reconhecimento da língua de sinais no ano de 2002, iniciando pequenos cursos de 120 horas, que proliferaram em outros municípios do Estado.

Outro fator determinante para a formação do TILS é o Decreto nº 5.626, que determina e reconhece a profissão do TILS, pois, com a profissão reconhecida, surgiu a necessidade de qualificar o profissional que atuaria com o surdo (BRASIL, 2005). Em 2005, iniciaram os cursos rápidos e básicos da língua de sinais, apenas para o cumprimento da lei, sem que houvesse uma preocupação com uma formação de qualidade do profissional. Vieira-Machado (2016, p. 142) chama atenção ao mencionar que:

A necessidade compulsória de “especialistas que saibam Libras” (intérprete, professores de surdos bilíngues, professores surdos) faz com que instituições governamentais formem aligeiramente esses sujeitos baseados apenas nesses cursos. Cumprir a lei a todo custo faz com que a educação bilíngue, além de ser norma, crie outros espaços para a docência, e os sujeitos que atuam passam a ser ampliados devido ao baixo investimento e nenhuma exigência de qualificação desse profissional.

A formação do TILS com a finalidade de cumprir a lei avançou no aspecto de romper com o método oralista, mas se configurou em uma formação descomprometida, o que ocasionou, e ainda hoje ocasiona, déficit na qualidade da educação do surdo. Diante das afirmativas, Perlin (2006, p. 137) aponta que:

[...] quanto mais se reflete sobre a presença dos intérpretes de Língua de Sinais, mais se compreende a complexidade de seu papel, as dimensões e a profundidade de sua atuação. Mais se percebe que os intérpretes de Língua de Sinais são também intérpretes da cultura, da língua, da história, dos movimentos, das políticas da identidade e da subjetividade surda, e apresentam suas particularidades, sua identidade, sua orbitalidade.

Metodologia

Trata-se de um estudo bibliográfico realizado no ano de 2016 com o objetivo de compreender os processos de constituição da identidade do TILS no município de Guarapari. Para tal, a coleta de dados se deu a partir das narrativas de cinco profissionais, com idade de 25 a 55 anos, por meio de entrevista não estruturada. A formação se divide em Curso Técnico de Tradução e Interpretação de LIBRAS, Curso de Extensão de Formação de Tradutor e Intérprete de LIBRAS, Curso Básico e Intermediário de LIBRAS.

Os procedimentos para a produção desta pesquisa se deram:

- 1) Levantamento da bibliografia para fundamentação teórica.
- 2) Levantamento de dados nas Secretarias de Educação nos âmbitos municipal e estadual referente aos processos de educação e inclusão do aluno surdo.
- 3) Coleta de dados por meio de narrativas orais produzidas em encontros de surdos no município de Guarapari no ano de 2016.
- 4) Registro das narrativas por escrito para posterior análise.
- 5) Compilação dos dados coletados com a fundamentação teórica.

Rodas de conversa: diálogos e confissões

A construção da identidade do TILS é um processo que vem sendo tecido paralelamente à garantia de cidadania ao sujeito surdo por meio dos amparos legais. Assim, esta pesquisa é instigada pelo convite à reflexão sobre os processos de formação do TILS propostos por Vieira-Machado (2016), pois acredita-se que pensar na realidade cotidiana no município de Guarapari, no que diz respeito à inclusão de surdo, é o que possibilitará construir propostas mais sólidas na esfera educacional.

Tendo como pressuposto a ética na pesquisa, optou-se aqui por nomear os participantes nos seguintes modos: intérpretes A, X, Y e Z. Procurou-se transcrever as narrativas orais com o máximo de autenticidade possível ao modo de verbalizar de cada participante. Desse modo, apresentam-se os seguintes recortes:

Entrevistador: X, você acompanhou todo o processo histórico da inclusão de surdos no município. Como foi essa experiência?

X: Tinha enraizado o método oralista, nunca imaginava que um surdo pudesse aprender a língua de sinais. Durante anos, forcei meus alunos a aprender pelo método oralista. Hoje, confesso, que me arrependo. Como os fiz sofrer! Mas o que mais me aproximou da língua de sinais foi a curiosidade, inclusive porque era a “nova moda” do momento... eu precisava me adequar, senão ficaria para trás (Entrevista verbal concedida aos autores deste artigo, Guarapari, 2016).

Entrevistador: A, conte-nos um pouco sobre a motivação para tornar-se TILS.

A: Eu me formei em Pedagogia, mas é muito difícil conseguir vaga de regente no regular logo de início, daí eu sabia um pouco de LIBRAS e usei isso a meu favor. Como o pré-requisito era curso básico de LIBRAS, eu fiz um em Vitória para obter a certificação e ter mais conhecimento... hoje, está mais difícil, pede outras formações e, como eu não prossegui na minha própria formação, acabei ficando para trás. Mas, como tenho Pedagogia, eu acabo indo para sala de recurso onde aceitam curso básico e intermediário... Mas como intérprete já não dá mais (Entrevista verbal concedida aos autores deste artigo, Guarapari, 2016).

Entrevistador: Y, você é formado em Geografia. O que te motivou a deslocar-se para o exercício da tradução e interpretação de LIBRAS?

Y: Gente, o que eu vou falar vai gerar a maior polêmica, mas é fato. Pensa comigo... Professor de geografia, ensino fundamental II, grande concorrência para professor temporário... Ai! Que sofrimento! Meu Deus, que loucura! Loucura... aí eu tinha uma amiga que era intérprete de igreja, não tinha nem faculdade e tinha o emprego garantido todo ano... fui atrás, peguei informações, li os editais e como entre os pré-requisitos eram aceitos curso de formação de tradutor e intérprete de LIBRAS, aqui estou... nada de diário, nada de planejamento... tô feliz... Um pouco irritado porque agora não paga mais como professor, aff.... Mas só de não diário, planejamento, um a dois alunos no máximo... tô no céu, querida, no céu!! (Entrevista verbal concedida aos autores deste artigo, Guarapari, 2016).

Entrevistador: E quanto a você, Z, conte-nos sua trajetória.

Z: Eu não tenho formação na área da educação, conclui o ensino médio e nunca pude fazer uma faculdade, então eu vi no site da SEDU que iriam ofertar um curso técnico de tradução e interpre-

tação de LIBRAS... vi aí uma chance de ter uma formação a mais. Como eu conhecia X, peguei informações. Ela me deu a maior força, pois tinha participado da primeira turma, e assim foi. Mas eu não estou atuando na prefeitura de Guarapari, apenas nas escolas estaduais. Porque a SEMED hoje aplica prova prática e eu me sinto insegura para fazer (Entrevista verbal concedida aos autores deste artigo, Guarapari, 2016).

O que a formação do TILS no município de Guarapari tem a nos dizer?

A formação do TILS no município de Guarapari iniciou-se na esfera religiosa, na Primeira Igreja Batista de Guarapari, posteriormente ofertada na esfera educacional. Segundo a Secretaria Municipal de Educação de Guarapari (SEMED), não há registros sobre a escolarização do surdo antes de 1997, porém se sabe que os surdos estavam matriculados em instituições para educação de deficientes intelectuais, como a Associação de Pais e Amigos de Excepcionais.

Em 1998, iniciou-se uma política de atendimento aos deficientes auditivos, com a mesma filosofia e base teórica da formação que acontecia no Estado, em uma abordagem oralista. O município se responsabilizou apenas por pagar o profissional-professor que atuava com o surdo, no espaço educacional que era administrado pelo Estado, na E.E.E.F.M. “Angélica Paixão”, ou seja, nas escolas municipais esse atendimento ainda não acontecia. Nesse mesmo período, alguns surdos continuavam sendo atendidos em instituições para deficientes intelectuais, como a APAE e a Pestalozzi, porém não há, nesse período, registros de profissionais TILS no município.

Com o avanço dos estudos voltados para a escolarização do surdo e paralelamente à execução de um projeto voluntário da primeira Igreja Batista de Guarapari, cujo objetivo era a difusão da LIBRAS, iniciou-se, no município de Guarapari, a discussão sobre uma nova abordagem educacional que se aproximava da filosofia bilíngue, em que o surdo teria acesso à LIBRAS e à Língua Portuguesa na modalidade escrita. Contudo, a formação do profissional TILS ainda não era ofertada pelo município, pois o foco inicial eram as salas de recursos.

Em 2001, as denominadas classes especiais, na escola E.M.E.F “Presidente Costa e Silva”, considerada como escola modelo para o atendimento do aluno surdo, tinham a proposta peculiar na oferta de uma turma no turno matutino, tendo em vista o ensino dos processos de alfabetização para crianças. Além disso, tinha a oferta de uma turma no turno vespertino para o atendimento de adolescentes e adultos no processo de escolarização baseado na proposta bilíngue. Dessa maneira, o trabalho voluntário desenvolvido pela Primeira Igreja Batista de Guarapari centralizava não só a difusão do ensino de Libras por meio de curso básico de Libras, mas também introduzia no meio social o intérprete comunitário.

As possibilidades de formação eram pequenas devido à distância dos grandes centros e também pelo fato do caráter formativo ofertado pela igreja. Aqueles que desejam maior conhecimento o buscavam em outros Estados, por exemplo, no Rio de Janeiro, por meio de capacitação ofertada pela FENEIS ou pelo INES.

A exemplo da Secretaria Municipal de Educação dos municípios de Vitória e Vila Velha, em 2003, o município de Guarapari começou o atendimento em classes regulares oferecendo serviços de apoio e itinerância com intérpretes de LIBRAS. Apesar da oferta do atendimento de intérpretes de LIBRAS em classes regulares, nenhuma formação para esses profissionais era oferecida em âmbito municipal. Os processos de itinerância e sala especial bilíngue permearam até o ano de 2005.

Somente em 2006, os maiores passos começaram a ser trilhados, quando os alunos surdos foram inseridos em classes regulares com os ouvintes, tendo apoio de intérprete em cada classe, em uma perspectiva de trabalho colaborativo. Assim, os dados evidenciam os seguintes apontamentos para o ano de 2007, quando ainda se iniciava o processo de educação na perspectiva bilíngue:

- 1- A rede municipal de ensino tinha 35 alunos surdos distribuídos em 11 escolas municipais e 16 surdos matriculados em 5 escolas estaduais.
- 2- Para o alunado da rede municipal, havia um intérprete que exercia a função colaborativa com o professor da classe regular em cada escola ou sala que tivesse um aluno surdo matriculado. Dispunha também um professor de apoio, com o qual o aluno em contraturno podia tirar as dúvidas ocorridas no processo de ensino e aprendizagem.
- 3- Para os alunos da Educação Infantil e Ensino Fundamental I, foi desenvolvido o projeto de alfabetização tendo o português como segunda língua. Esse projeto foi realizado nas salas de recursos em três escolas (Marinalva Aragão Amorim, Lúcia Sasso Bandeira e Rosa Simões de Almeida) e os alunos a frequentavam no contraturno.

Observa-se que a inserção do aluno surdo na escola regular, ainda que em uma proposta de inclusão, não abordava um dos aspectos relevantes para a efetivação da proposta inclusiva na formação do profissional. Apesar de a perspectiva da educação inclusiva ser marcante no contexto educacional municipal, o que acontecia com os alunos surdos eram somente processos de integração, pois as barreiras da comunicação do surdo com os outros iniciavam com o descomprometimento do TILS em sua prática formativa.

Atualmente, a área profissional do TILS é uma das mais requisitadas por causa da demanda, da política de inserção do surdo nas escolas regulares, do direito de os surdos terem um profissional qualificado para o atendimento às suas necessidades específicas, da obrigatoriedade da legislação que ampara o surdo e o próprio profissional. Contudo, o TILS necessita uma formação específica na área de sua atuação.

Considerando que a língua de sinais é uma língua viva e estruturada de forma complexa, pode-se conceber que os esforços da SEMED na oferta de formação continuada na modalidade de curso básico e intermediário de LIBRAS ofertados de 2007 a 2015 objetivaram superar as lacunas existentes no processo educacional do aluno surdo. Contudo, é necessário atentar que tais formações funcionavam em caráter paliativo, não se equiparando a uma resposta firme e efetiva para o desempenho de tradução e interpretação de LIBRAS, que culminaria na formação do surdo. A SEMED é, com a Secretaria Estadual de Educação do Estado do Espírito Santo (SEDU), responsável pelo processo educacional do surdo, e cabe a elas pensar na formação do TILS em uma perspectiva de formação continuada. Porém, mesmo a educação sendo um direito, os processos formativos do TILS, em sua grande maioria, não se dão por iniciativa de tais secretarias de educação.

Nesse sentido, Quadros (2002) ajuda a pensar sobre o serviço de tradução que acontece em algumas escolas do município de Guarapari. Observou-se que as traduções realizadas por alguns intérpretes não utilizam a observância da estrutura da língua de sinais, pois as escolhas lexicais, em sua maioria, eram consideradas inadequadas, e o conteúdo semântico, alterado. Além de acréscimos de informações pessoais, não atendia à comunidade surda, tanto nos processos de aquisição da sua própria língua como dos processos de ensino e aprendizagem. Os processos de tradução não lhes atendiam, evidenciando a falta de domínio da língua utilizada pelo intérprete e a falta de habilidade em realizar a tradução e a interpretação.

O que Quadros (2002) denuncia em seus estudos, e que também se observa, é que há profissionais descomprometidos com a sua própria formação, limitando-se ao conhecimento de sinais avulsos, sem o domínio da língua de sinais, dos processos de tradução e interpretação e sem a atuação fidedigna.

Percebe-se que o espaço educacional oferece profissionais com pouca preparação, limitando-se à formação oferecida nas esferas religiosas; curso de LIBRAS básico, intermediário e avançado ou de tradução e interpretação de LIBRAS em empresas particulares; cursos nas escolas “Especial de Educação Oral e Auditiva”, nos municípios de Vila Velha e/ou Vitória. É necessário ressaltar que tais escolas se encontram ainda em funcionamento em razão do apelo da comunidade surda local, pois é um importante centro de referência para o surdo, onde há constantemente o encontro entre os pares.

No ano de 2014, um grande avanço no que tange à formação do TILS foi concedido ao município de Guarapari, por meio da oferta do Curso Técnico de Tradução e Interpretação de LIBRAS, ofertado pela Secretaria Estadual de Educação do Estado do Espírito Santo e regulamentado pelo Conselho Regional de Educação.

No ano de 2015, o critério de seleção da SEMED rebaixou o nível de enquadramento profissional do interprete de LIBRAS, contratando-o como assistente de sala ou na categoria de não habilitado. Nenhuma vaga ficou desprovida de candidatos. Esse é um dos reflexos da (in)consistência profissional daqueles que, de forma impensada, são compelidos a assumir tais vagas sob o deslumbre da aparente facilidade de atuação mediante um baixo salário.

Esse é um retrato triste e desfigurado do intérprete, pois retrocedem todos os direitos conquistados pela comunidade surda e pelos militantes das causas surdas. Para Foucault (2006, p. 72):

[...] ocupar-se consigo mesmo será ocupar-se consigo enquanto se é “sujeito de”, em certas situações, tais como sujeito de ação instrumental, sujeito de relações com o outro, sujeito de comportamentos e de atitudes em geral, sujeito também da relação consigo mesmo. É sendo sujeito, este sujeito que se serve que tem esta atitude, este tipo de relações, que se deve estar atento a si mesmo.

De modo que o “cuidado consigo”, tanto nos processos formativos quanto no fazer tradutório, é também uma forma de significação da própria existência de ser TILS. Assim, o “cuidado consigo” do TILS deve firmar-se em uma prática na qual os saberes discursivos adquiridos nas várias esferas cotidianas, sobretudo na esfera profissional, devem funcionar como pilar de transformação em repostas às crises existentes. Observa-se nesse cenário uma das mais variadas formas de exercício de poder sobre o outro, preconizando o profissional TILS e, conseqüentemente, o surdo. Ambos os envolvidos, em um cenário que, de posse dos fatos, mostra-se desafiador, tendem a sucumbir ao exercício profissional, sem paixão, compromisso e vida.

“En-cantos da sereia” na formação do TILS: uma questão de identidade entre mitos

O universo da tradução e da interpretação de LIBRAS desperta o “en-cantamento” para a atuação com os surdos. Encontra-se uma gama de profissionais seduzidos pelo “en-canto” da novidade, pela necessidade de se profissionalizar diante da inserção do surdo nas diversas esferas sociais ou pela facilidade de acesso aos cursos. Atualmente, porém, muitos profissionais sucumbem ao “mito da facilidade” pelo ato de traduzir e interpretar, certos de que basta ter o domínio de sinais para ser um TILS.

A Libras “en-canta” não apenas pela “língua diferente” que permite comunicar com o outro, mas também pelo reconhecimento desse outro, qual seja, o intérprete, “esse ser que circunda as pessoas surdas, que surgiu no mundo como um momento na vida dessas pessoas e segue com elas nos eventos mundanos que a sucedem”, conforme afirmam Marques e Oliveira (2009, p. 395).

Vê-se, assim, que a sedução da língua de sinais aproxima dois sujeitos complementares, o surdo e o TILS, os quais, de acordo com Marques e Oliveira (2009, p. 406):

[...] se distinguem por uma leve e misteriosa diferença [...] ao mesmo tempo em que um percebe o outro é percebido, não só pelo outro do seu diálogo direto, mas também pelos outros que os cercam. Confundido com uma pessoa surda, o intérprete por vezes experimenta as mesmas sensações e sofre os mesmos pré-conceitos.

Permeados de mitos, pela facilidade da interpretação e tradução, de acesso e de empregabilidade, devido à carência de profissionais, muitos sujeitos acabam por negligenciar a sua atuação e não cumprem com a inserção e a comunicação social do surdo. Muitos maquiavam suas práticas, agindo de forma paternalista, dominante e irresponsável com o surdo. Entre as atitudes, destacam-se: a falta de ética profissional e de fidedignidade no processo de atuação, dando as respostas durante as provas; a não interpretação das aulas, mas apenas o apontamento do conteúdo nos livros didáticos, solicitando ao aluno surdo que faça apenas cópia dos conteúdos, tornando-o um “copista” e fazendo os trabalhos solicitados pelos professores. Isso é retrato da incapacidade de interpretação e tradução.

Esse cenário afunda com a perspectiva da inclusão do surdo nas esferas sociais, visto que a qualidade da educação fica comprometida pela ilusão da facilidade do ato de interpretar e traduzir. Compete destacar que o ato de tradução de LIBRAS-Português é o entrelaçamento das duas línguas em questão. Portanto, faz-se necessária a compreensão dos aspectos de coesão e coerência textual, gramática, análise textual, apreensão dos diversos sentidos que um texto produz para o sujeito surdo, funcionamento da língua, os gêneros de discursos, bem como os gêneros literários. Para o ato de interpretar, é preciso foco na oratória, na imposição vocal, nos recursos da oralidade, na enunciação, nos diversos usos da linguagem, como afirma Sobral (2005 *apud* LACERDA, 2010, p. 145):

O domínio da língua não é suficiente para a atuação profissional, já que se trata de compreender bem as ideias, pois serão elas o foco do trabalho, para além das palavras que as compõem. Neste sentido, defende ser fundamental desenvolver conhecimentos para além do conteúdo mais direto da mensagem, compreender as sutilezas dos significados e sentidos, os valores culturais, emocionais e outros envolvidos no texto de origem, e os modos mais adequados de fazer estes mesmos sentidos serem passados para a língua-alvo.

Parafraseando, a figura do TILS aparece como a de um marinheiro. Muitos marinheiros imaturos têm “matado” a Língua de Sinais Brasileira e a própria profissão. Isso porque a ilusão leva a criar perfis de formação voltados apenas

para conversações em LIBRAS, e, como foi visto, a formação do TILS requer não só a apreensão de sinais, mas também a compreensão da linguística, morfologia, sintaxe, gramática e interpretação.

Necessário é ser Ulisses, do capítulo XII da Odisseia (As aventuras de Homero), que se aventurou a enfrentar e ultrapassar as intempéries de sua jornada. Ulisses reconheceu, em primeiro momento, que era humano, admitiu ser alguém que carrega em si desejos individuais e que aí estava a sua condição de risco. E foi a procura de adquirir estratégias de enfrentamentos às seduições na jornada que, em dado momento, encontrou Circe, que é a mais clara representação da natureza humana, conhecida na mitologia grega como deusa da noite, e representa as fraquezas e os deslizes cometidos em nome dos desejos. Somente aquele que a vence pode usufruir de sua sabedoria. Circe também conhecida como tecelã dos destinos dos homens e conhecedora da existência do “en-canto das sereias”, advertiu Ulisses:

[...] Chegarás primeiro, à região das Sereias, cuja voz encanta todos os homens que delas se aproximam. Se alguém, sem dar por isso, delas se avizinha e as escuta, nunca mais sua mulher, seus filhos pequeninos se reunirão em torno dele, pois que ficará cativo ao canto das Sereias (PEREIRA, 2011, p. 158).

O enfretoamento com Circe resultou em conhecimento a Ulisses, de tal modo que a deusa o orientou a usar ceras nos ouvidos para não ouvir o canto das sereias. Munido da estratégia de Circe e com o apoio de sua tripulação é que Ulisses pôde vencer o desafio do encanto das sereias (PEREIRA, 2011).

Assim devem ser os TILS, resistindo aos “en-cantos” dos mitos propostos ao suave engano do canto da sereia, negando a vaidade interposto pelo lugar que ocupa e ciente de que essa doação de si abre o caminho para que o surdo afirme a sua existência. Dessa forma, as práticas devem enfatizar não em seu interesse próprio, mas no florescimento da emancipação do surdo.

É relevante pensar na crescente migração de outros profissionais para a educação do surdo, justificada pelo “mito da facilidade”, de uma atuação mais tranquila com o surdo, sem considerar a complexidade, a importância da competência e da ética profissional. Ações como essas são preocupantes, pois a motivação para a migração repousa-se na fuga do cenário educacional atual, o que compromete a qualidade do serviço prestado, sucumbindo à desconhecida língua de sinais.

Portanto, é de extrema relevância que o TILS tenha o cuidado consigo e com o outro, sabendo que o cuidado de si é um processo contínuo, reflexivo e cotidiano. Consiste em um processo de deixar a vida acontecer com sentidos e significados para aqueles que têm na língua de sinais o contato com o mundo, sem se deixar sucumbir aos “en-cantos” produzidos pelo canto suave das sereias, na produção do que se chama de “mitos da facilidade”.

Considerações finais

É necessário tecer reflexões sobre o surdo e sua constituição ao longo do processo formativo, uma vez que, em se tratando das redes emaranhadas entre o TILS e o surdo, é de extrema importância conhecer as subjetividades daqueles com os quais se está tecendo redes de conhecimento e saberes.

Outro fator relevante para a formação do TILS é o cuidado consigo, que deve ser uma constante busca em sua prática formativa cotidiana. O cuidado consigo é antes de tudo propor-se a uma prática individual de reflexões éticas e morais sobre a ideologia, entendido como os posicionamentos de vida e do comprometimento que o TILS tem em relação ao surdo. Além disso, é preciso reafirmar o conceito de Foucault sobre o direito de que cada ser deve ter autonomia, que lhe permita agir sobre o mundo, usufruindo dele e contribuindo com ele.

Dessa maneira, afirma-se que ninguém tem o direito arbitrário de inferir “poderes” sobre o corpo, a formação, a constituição do outro, uma vez que o profissional faz parte do processo formativo do surdo. Conclui-se, diante disso, que o TILS, quando não exercita essa retroalimentação do cuidado consigo em suas práticas formativas cotidianas, assemelha-se ao mito proposto no corpo do artigo: agindo como uma sereia e consumando o ato do “en-canto”, a fim de extrair do outro a sua essência em benefício próprio, reafirmando, assim, o “mito da facilidade” que está impregnado nas práticas formativas do TILS.

Recebido em: 03/07/2018

Revisado pelo autor em: 31/08/2018

Aceito para publicação em: 26/10/2018

Notas

1 O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Código de Financiamento 001. “This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Finance Code 001”.

2 Possui bacharelado Letras-LIBRAS pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Licenciada em Pedagogia pela Faculdade de Educação da Serra (FASE). Graduada em Gestão de Recursos Humanos pelo Centro Universitário FAESA. Pós-graduada em Gestão Educacional e em Educação Especial e Inclusiva. Mestranda do Programa de Pós-graduação Educação (Educação Especial e Processos Inclusivos) pela UFES. Possui experiência nas seguintes áreas: gestão de pessoas (RH), Educação Básica (séries finais do Ensino Fundamental II), formação de professores, implementação, gestão e avaliação de ensino EAD e docência na Educação Superior. E-mail: silcra@hotmail.com

3 Professor titular da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Leciona, pesquisa e é extensionista na graduação presencial e a distância, mestrado, doutorado, especialização e supervisão de pós-doutorado. Tem pós-doutorado em Educação, focando no tema cinema e edu-

cação especial, pela Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (FAE/UFMG). É doutor em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (IP-USP). É mestre em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação da UFES. Graduado em Formação de Psicólogos. Bacharel em Psicologia. Licenciado em: Psicologia, Pedagogia, Filosofia, Biologia, Matemática. Tem experiência em administração/chefia do antigo Departamento de Fundamentos e Orientação Educacional (DFEOE) da UFES, de 7/3/2001 a 7/3/2002. Foi o primeiro subchefe do atual Departamento de Teorias do Ensino e Práticas Educacionais (DTEPE), de 1/4/2008 a 8/5/2008. Linhas de pesquisa que se envolve atualmente: educação especial e processos inclusivos. É coordenador do seguinte projeto guarda-chuva de pesquisa: “Aprendizagem (e desenvolvimento) humano sob a ótica fenomenológico-existencial: o ser-no-mundo da educação escolar e (não escolar) inclusiva, envolvidos em programas de Educação Especial, Pedagogia Social & Psicopedagogia”. Áreas de interesse em pesquisa, ensino e extensão: sob diversificados enfoques fenomenológicos existenciais, estuda a educação especial (escolar e não escolar), centrando predominantemente, mas não só, na Pedagogia Hospitalar dentro e fora do hospital, como nos domicílios, orfanatos, clínicas etc. E-mail: hiranpinel@gmail.com

4 Utilizou-se o termo “en-cantos” e “en-cantamentos” ao longo deste artigo por compreender os encantamentos que são tecidos na vida cotidiana, em cada canto em que a vida é experimentada e em cada canto-território que a LIBRAS está presente, reafirmando a concepção de vida e práticas formativas cotidianas.

Referências

BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, DF, 25 abr. 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10436.htm. Acesso em: 20 mar. 2016

_____. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, DF, 23 dez. 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm. Acesso em: 20 mar. 2016

_____. Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010. Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, DF, 2 set. 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12319.htm. Acesso em: 20 mar. 2016

FOUCAULT, Michel. **A hermenêutica do sujeito**: curso dado no Collège de France (1981-1982). Tradução de Márcio Alves da Fonseca e Salma Tannus Mu-chail. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

LACERDA, Cristina Borges Feitosa. Tradutores e intérpretes de Língua Brasileira de Sinais: formação e atuação nos espaços educacionais inclusivos.

Cadernos de Educação, Pelotas, v. 36, p. 133-153, maio/ago. 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/caduc/article/view-File/1604/1487>. Acesso em: 7 abr. 2016

LIMA, Claudiana. Tradutor intérprete de língua de sinais: quais foram as evoluções na formação destes profissionais. **Revista Acta Científica**, v. 6, p. 1-10, 2016 Disponível em: <https://doi.galoa.com.br/sites/default/files/10.21745/ac06-08.pdf> Acesso em: 7 abr. 2016.

LOPES, Maura; FABRIS, Eli Henn. **Inclusão & Educação**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

MARQUES, Rodrigo; OLIVEIRA, Janine. O fenômeno de ser intérprete. In: QUADROS; Ronice; STUMPF, Marianne (Orgs.). **Estudos surdos IV**. Petrópolis: Arara Azul, 2009. cap. 13, p. 394-406.

PAIVA, Jaciara Silva. **(Sobre)vivências**: um estudo fenomenológico-existencial acerca dos modos de ser sendo crianças e adolescentes em situação de rua. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação) – UFES, Espírito Santo, 2006.

PERLIN, Gladis. A cultura surda e os intérpretes de Língua de Sinais. **Educação Temática Digital**, Campinas, v. 7, n. 2, p. 135-146, jun. 2006.

PEREIRA, Américo. **Ulisses e Penélope**. Da nova paradigmaticidade humana, a partir da Odisseia de Homero. Covilhã: Universidade da Beira Interior, 2011. Disponível em: www.lusosofia.net/textos/pereira_americo_ulisses_e_penelope.pdf. Acesso em: 7 abr. 2016.

QUADROS, Ronice. **O tradutor e intérprete de língua de sinais e língua portuguesa**. Brasília: MEC/SEESP, 2002.

QUADROS, Ronice; KARNOPP, Lodenir. **Língua de sinais brasileira**: estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004.

SANTANA, Ana Paula; BERGAMO, Alexandre. Cultura e identidade surdas: encruzilhada de lutas sociais e teóricas. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 26, n. 91, p. 565-582, maio/ago. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v26n91/a13v2691.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2016.

VIEIRA-MACHADO, Lucyenne. **Professores de surdos**: educação bilíngue, formação e experiências docentes. 1. ed. Curitiba: Appris, 2016.